

## CAPÍTULO III

### **Desaceleração Econômica e Crise Política em um Modelo Tecnoburocrático Autoritário**

A formação brasileira poderia ser definida pelo caráter predominantemente capitalista mas crescentemente tecnoburocrático. Já do ponto de vista mais estritamente econômico, poderíamos definir o Brasil como um caso exemplar de subdesenvolvimento industrializado, que provavelmente é a melhor caracterização para uma série de países periféricos que desde os anos trinta e quarenta realizaram um processo de industrialização sem, todavia, haver logrado superar sua condição de subdesenvolvidos. Um setor industrial moderno e relativamente integrado foi implantado nesses países, mas beneficiou uma pequena parcela da população: os empresários capitalistas nacionais, as empresas multinacionais e uma nova classe média tecnoburocrática recebendo ordenados.

Este modelo de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento tende a apresentar taxas elevadas de crescimento e relativa estabilidade política, nos quadros de um seguro autoritarismo, desde que as classes dominantes estejam unidas. Um estado nacional forte, onde se localizam os tecnoburocratas civis e militares, permite o controle político e econômico da sociedade. No Brasil o modelo econômico de subdesenvolvimento industrializado já se define a partir dos anos cinquenta, quando as empresas multinacionais e o estado tecnoburocrá-

tico-capitalista responsabilizam-se pela montagem de um setor industrial moderno. Inicia-se então o novo modelo de desenvolvimento brasileiro, concentrador de renda em favor da burguesia e da tecnoburocracia, baseado na produção de bens de consumo de luxo, principalmente na indústria automobilística, e na exportação. É o modelo de subdesenvolvimento industrializado que, no plano econômico, vai, desde o início dos anos cinquenta, tomando o lugar do modelo de substituição de importações. A crise econômica de 1962-67 e a Revolução de 1964 definem definitivamente o novo modelo econômico e ao mesmo tempo lhe oferecem um modelo político correspondente, baseado na aliança entre a burguesia dominante e a tecnoburocracia emergente.

Entretanto, este tipo de economia dependente está sujeito aos ciclos econômicos peculiares ao sistema capitalista. Além disso, é extremamente vulnerável às flutuações da economia mundial, na medida em que, através das empresas multinacionais, tende a internacionalizar-se e tornar seu setor moderno cada vez mais solidário com as economias capitalistas centrais.

Quando um processo de desaceleração tem lugar em uma economia desse tipo, ainda que as taxas de crescimento permaneçam positivas, ainda que se configure uma simples recessão econômica e não uma depressão, a tendência do sistema político é para a crise, e a válvula para a crise é o aumento do autoritarismo e da repressão. A crise política ocorre principalmente ao nível da cúpula dirigente. Os grupos marginalizados econômica e/ou politicamente desse tipo de sistema não são atores da crise política, mas acabam sendo suas maiores vítimas. Em uma formação social tecnoburocrático-capitalista como a brasileira, o planejamento e a política econômica estatal substituíram, em parte, os mecanismos de mercado na apropriação e divisão do excedente, ou seja, da renda nacional que excede o consumo necessário dos trabalhadores. Este fato vai tornar esta formação social tecnoburocrático-capitalista dependente mais sujeita ao autoritarismo e muito mais sensível politicamente a processos de desaceleração econômica.

Em certos momentos, e por uma série de razões que não cabe agora aprofundar, o modelo de subdesenvolvimento industrializado entra em fase de desaceleração econômica.

Esta recessão não precisa ser necessariamente uma depressão. A renda por habitante pode continuar a crescer, ainda que muito mais moderadamente. O desemprego pode aumentar, mas ainda permanecer dentro dos amplos limites "toleráveis" que caracterizam este tipo de modelo político, em que o poder político e econômico dos trabalhadores é mínimo.

Esta desaceleração da atividade econômica pode ser considerada relativamente normal, no plano econômico, exigindo apenas que se revisem os planos, que se apertem os cintos, que se alterem certas escalas de prioridade, para que a economia volte a crescer em ritmo normal, mais baixo. Não mais a 10 por cento ao ano, como aconteceu com o Brasil entre 1968 e 1974, por exemplo, mas a 5 ou 6 por cento.

Entretanto, o plano político e o plano econômico estão, nesta formação social, intimamente ligados. A redução da taxa de crescimento não se resolve tão facilmente no plano político. Pelo contrário, provoca crise, cria desassossego nos setores governamentais e nos setores empresariais, possibilita o surgimento de divergências nos setores dominantes, as quais afinal tendem a se resolver não pela solução desses conflitos, mas por um aumento desordenado das atividades repressivas sobre estudantes, intelectuais, trabalhadores, ou seja, os grupos que neste modelo permanecem marginalizados. O espectro do comunismo surge novamente, ainda que o próprio comunismo soviético, que provavelmente é o único relativamente organizado, venha perdendo cada vez mais cunho revolucionário na medida em que depende de uma superpotência nacionalista e conservadora, dominada por uma tecnoburocracia totalitária, como é o caso da União Soviética. Nestes termos, através de um típico processo de transferência de objeto de agressão, os grupos políticos marginalizados, cuja possibilidade de ação efetiva é geralmente muito pequena, tornam-se as vítimas dos conflitos que ocorrem ao nível da cúpula do sistema. Caso exemplar de desaceleração e crise política no contexto de um regime autoritário é dado pelo Brasil a partir de 1975.

Por que não é preciso a depressão econômica, a queda no produto, o aumento violento do desemprego, mas a simples desaceleração da taxa de crescimento da renda para que o sistema político entre em crise? Há várias razões para este fenômeno.

Em primeiro lugar, temos o problema central da divisão do excedente. Não estamos em um modelo capitalista clássico, em que a apropriação e divisão do excedente, ou seja, da mais-valia, entre os capitalistas se realiza basicamente através das leis do mercado. Mesmo aí, essas regras não funcionam com perfeição, na medida em que o grau de monopólio obtido por alguns competidores garante-lhes uma parcela mais que proporcional do excedente. Mas os desvios não são tão grandes a pôr em risco o sistema. Já no modelo capitalista-tecnoburocrático que estamos estudando o mercado tem pouca importância para a divisão do excedente. Este passa antes pela intermediação do Estado, de um Estado extremamente poderoso, que controla o crédito, distribui subsídios, autoriza ou não investimentos, define salários e ordenados, taxa lucros.

Nestes termos, o modo de divisão de excedente entre os grupos dominantes — capitalistas locais, empresas multinacionais e tecnoburocratas —, e dentro de cada um desses grupos, deixa de ser determinado em termos econômicos para ser definido em termos políticos. Não é a oferta e a procura, não são os custos e os preços, a produtividade e a capacidade de especular, nem mesmo o grau de monopólio que determinam primeiramente a divisão do excedente. Em seu lugar, e como primeiro intermediário, temos o puro e simples poder político. Só a partir da divisão básica realizada ao nível político é que os demais instrumentos alocativos de mercado podem funcionar.

Ora, quando este processo de divisão de excedente ao nível dos grupos dominantes deixa de ser principalmente econômico para ser principalmente político, deixa de depender em primeira instância do mercado para depender do poder, o processo de divisão torna-se muito difícil. Não há regras claras. Não há justificativas plenamente legítimas. Há apenas pressões e contrapressões, baseadas sempre em argumentos discutíveis, em tentativas de legitimação sempre sujeitas a contestação.

Entretanto, quando a economia está crescendo a altas taxas, como o excedente cresce muito rapidamente, é relativamente mais fácil distribuir esse excedente. Quando todos estão ganhando — excluídos sempre os trabalhadores — não importa que em determinados momentos uns ganhem mais do que os outros. Capitalistas locais, tecnoburocratas e empresas multi-

nacionais estão associados em um projeto geral, estão também muitas vezes associados ao nível da produção, e acabam entendendo-se.

Quando a economia se desacelera, porém, é o excedente que principalmente sofre. Os salários dos trabalhadores não podem sofrer muito porque já estão ao nível de subsistência. São os lucros e os ordenados que diminuem. Colocam-se então as questões: Diminuirão mais os lucros ou os ordenados? Lucros dos capitalistas locais ou das empresas multinacionais? E os novos projetos de investimento, que exigem amplos financiamentos e que devem agora ser reescalonados, a quem caberá realizá-los? Quais são as novas prioridades? Quem deve apertar os cintos? A luta contra a estatização, que se desenvolveu no Brasil durante 1975, tem como base conflitos e incertezas, exatamente quando a taxa de crescimento da economia se desacelerava.

A situação agrava-se ainda mais se os tecnoburocratas, que possuem o controle direto do aparelho do Estado, decidem que o aperto de cintos não deve ser feito através do método clássico de reduzir salários. Seja porque os salários já chegaram a um limite insustentável, seja porque a insatisfação generalizada da população começa a se manifestar, tal como ocorreu no Brasil, onde a derrota do Governo nas eleições de novembro de 1974 e as depredações dos trens de subúrbios cariocas em 1975 são exemplos significativos desta insatisfação.

Não diretamente políticos, os tecnoburocratas governamentais podem, no momento em que a economia se desacelera, não tentar reduzir ainda mais os salários. Têm para isto inclusive uma justificativa econômica: a necessidade de sustentação da demanda agregada.

Neste momento, quando o excedente diminuiu relativamente, quando não é possível recorrer a maiores reduções dos salários, quando a taxa de lucros e a taxa de ordenados sofrem reduções e ao mesmo tempo quando as novas oportunidades de investimentos se identificam com os novos e escassos projetos que dependem da decisão política do Estado, define-se a crise política ao nível da cúpula dirigente. Obviamente, essa crise não se vai manifestar abertamente através dos conflitos sobre a divisão do excedente. Mas sem recor-

remos a esta causa básica, não teremos condições de compreender o aumento das tensões políticas que acompanham o processo de desaceleração econômica.

Em segundo lugar, a desaceleração econômica provoca a crise política porque ela põe em jogo toda a própria legitimação do sistema de poder vigente. O que legitima o poder autoritário que caracteriza o modelo de subdesenvolvimento industrializado são as altas taxas de crescimento do produto interno bruto, é o “desenvolvimento econômico” transformado em monstro sagrado, em mito de uma tecnoburocracia em ascensão.

O autoritarismo do subdesenvolvimento industrializado não depende, senão secundariamente, de tradições autoritárias nos países subdesenvolvidos, como pretendem os culturalistas. Não é também simples decorrência das desigualdades econômicas e sociais, como uma visão economicista proporia. O autoritarismo é fundamentalmente decorrente da necessidade dos grupos dominantes de estabelecer um marco institucional que lhes permita a apropriação tranqüila do excedente.

Em uma formação social capitalista pura a apropriação e a divisão do excedente econômico são feitas através do mercado. Por isso esse sistema tem condições de estabelecer a democracia burguesa, a qual, ainda que formal, reduz o nível de autoritarismo vigente. A apropriação do excedente está apoiada em uma violência básica — o trabalho é identificado com as demais mercadorias e transformado em trabalho assalariado. A partir deste ato autoritário básico, porém, o sistema capitalista clássico estabelece uma forma de produção, apropriação por uma minoria e divisão entre ela do excedente que não necessita mais recorrer diretamente à força. Quando, entretanto, a formação social deixa de ser puramente capitalista, quando a emergência de uma classe tecnoburocrática e o concomitante crescimento do Estado fazem com que o mercado vá sendo substituído pelo próprio Estado na regulamentação da apropriação e divisão do excedente — nesse momento é de se esperar que o autoritarismo ganhe força. É o que vem ocorrendo nos países caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado, entre os quais está o Brasil.

A fonte material do autoritarismo tecnoburocrático está portanto na necessidade de apropriação política do excedente

por uma minoria. Entretanto, este autoritarismo necessita de uma legitimação ideológica. Esta legitimação é, em geral, proposta em termos de combate à corrupção e da aceleração da taxa de crescimento do desenvolvimento econômico. O tecnoburocrata assume o poder nas organizações burocráticas estatais ou privadas em nome de uma pressuposição de competência técnica. Ele tem poder porque é eficiente, porque organiza, planeja e controla a produção mais racionalmente. Porque introduz inovações técnicas mais rapidamente. Porque comanda a acumulação de capital mais tecnicamente. Porque garante uma maior taxa de crescimento de cada empresa e do país como um todo. A estas pressuposições ajunta-se a de que o tecnoburocrata odeia a corrupção própria do capitalismo especulador e a combate sem tréguas.

Nestes termos, quando a taxa de crescimento da economia se desacelera, a legitimação do poder autoritário começa a esvaziar-se. Se a este fato soma-se um aumento significativo da taxa de corrupção existente no sistema, é óbvio que a crise política ganha todos os seus contornos. Os tecnoburocratas civis e militares já não têm uma justificativa tranqüila para seu poder autoritário. Os capitalistas já não têm uma explicação tão boa para seus altos padrões de consumo. E é preciso encontrar causas para a desaceleração ou descobrir os culpados. É necessário rever políticas, redefinir estratégias. Importa recuperar a legitimação perdida. E tudo isto importa em um aumento dos conflitos e das tensões no seio do sistema dirigente. Agrava-se a crise deflagrada pela luta pela divisão do excedente econômico.

Em conclusão, desaceleração econômica, crise política e autoritarismo são fenômenos interdependentes num modelo tecnoburocrático-capitalista de subdesenvolvimento industrializado como o brasileiro. O sistema capitalista clássico tem condições de manter uma relativa estabilidade política em condições de baixas taxas de crescimento econômico, na medida em que a apropriação do excedente e a sua divisão entre os membros da classe dominante é feita principalmente através dos mecanismos automáticos do mercado. Já na formação tecnoburocrático-capitalista dependente, em que o excedente deve ser distribuído entre tecnoburocratas, capitalistas locais e empresas multinacionais, de acordo com regras

definidas em termos de poder político direto, a compatibilização de baixas taxas de crescimento com estabilidade política é mais difícil. O autoritarismo, que permite a uns grupos dominantes apropriar-se do excedente, não fornece regras sobre como distribuí-lo. Se ele fosse crescente, a taxas elevadas, estes problemas poderiam ser minimizados. Mas quando a desaceleração é pronunciada, quando o excedente pode chegar a parar de crescer em termos por habitante, não é preciso que haja uma diminuição do excedente e um amplo desemprego, não é preciso que a recessão se transforme em depressão para que a crise política se manifeste, para que a inquietação nos níveis superiores do Governo, das classes empresariais e do capitalismo internacional aumentem consideravelmente.

Com a desaceleração, a própria condição de classe da tecnoburocracia, disputando com as demais classes e grupos sociais o excedente, torna-se mais clara. Sua inserção estratégica nas relações de produção e no sistema de poder, ocupando cargos técnicos e administrativos nas grandes organizações públicas e privadas e apropriando-se do excedente através do recebimento de ordenados crescentes, torna-se mais vulnerável. A crise, entretanto, permanecerá ao nível da cúpula do sistema. Os trabalhadores tenderão a se manter marginalizados, na medida em que subsistem as condições de oferta ilimitada de mão-de-obra e que sua capacidade de participação política efetiva continua firmemente limitada.

Não há razão, todavia, para que a crise política seja permanente. Ela poderá ser resolvida desde que a economia volte a acelerar-se ou que o sistema se acomode a um ritmo de crescimento mais lento. O processo de normalização, entretanto, tenderá a ser penoso, na medida em que as regras do jogo, dentro de um sistema autoritário, são por definição arbitrárias e imprevisíveis. A alternativa de se caminhar para um processo de efetiva liberalização do sistema está, naturalmente, sempre aberta, na medida em que o autoritarismo perde legitimidade. Mas este é um sonho, mais do que uma realidade, quando nos lembramos que as formas de apropriação do excedente dependem tão fortemente do poder político.

*(Folha de S. Paulo, 4 de janeiro de 1976.)*